

N.F. Nº - 110085.0021/21-0
NOTIFICADO - MJ SSA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA.
NOTIFICANTE - JOSÉ ARNALDO BRITO MOITINHO
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 02/10/2023

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0149-01/23NF-VD

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ATIVO FIXO OU USO/CONSUMO. Notificado comprovou que a presente exigência fiscal já havia sido adimplida com uso de outro código. Notificação fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 30/09/2021, formaliza a exigência de crédito tributário no valor de R\$ 3.165,75, pela falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento (06.05.01), ocorrido nos meses de janeiro, março, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "f" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou impugnação às fls. 29 e 30. Disse que desempenha a atividade de restaurante e é optante do Simples Nacional. Explicou que a presente exigência fiscal já foi adimplida na guia do ICMS normal, código 0754, registrado na apuração como "outros débitos".

O notificante apresentou informação fiscal à fl. 85. Disse que fez uma revisão e constatou que a empresa já havia recolhido todos os valores exigidos nesta notificação. Explicou que procurou no INC os pagamentos pelo código da diferença de alíquotas, mas não observou se estava junto com o ICMS normal. Pediu desculpas.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem a notificação fiscal, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A presente notificação fiscal consiste na exigência de ICMS relativo à diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais de bens de uso e consumo efetuadas por contribuinte do imposto.

A cobrança do diferencial de alíquotas está prevista no inciso XV do art. 4º da Lei nº 7.014/96, conforme a seguir:

" Art. 4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

XV - da entrada ou da utilização, conforme o caso, efetuada por contribuinte do imposto, de mercadoria, bem ou serviço, em decorrência de operação interestadual ou de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação, quando a mercadoria ou bem forem destinados ao seu uso, consumo ou ativo permanente ou quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequentes alcançadas pela incidência do imposto."

O notificado apresentou toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação tributária de que trata esta notificação, sendo reconhecido pelo notificante a insubsistência da presente exigência fiscal.

De fato, os recolhimentos foram registrados no código do ICMS normal e não do específico para a diferença de alíquotas. O uso do código errado, por sua vez, não implica em descumprimento da obrigação tributária quando comprovada a regularidade do pagamento.

Assim, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

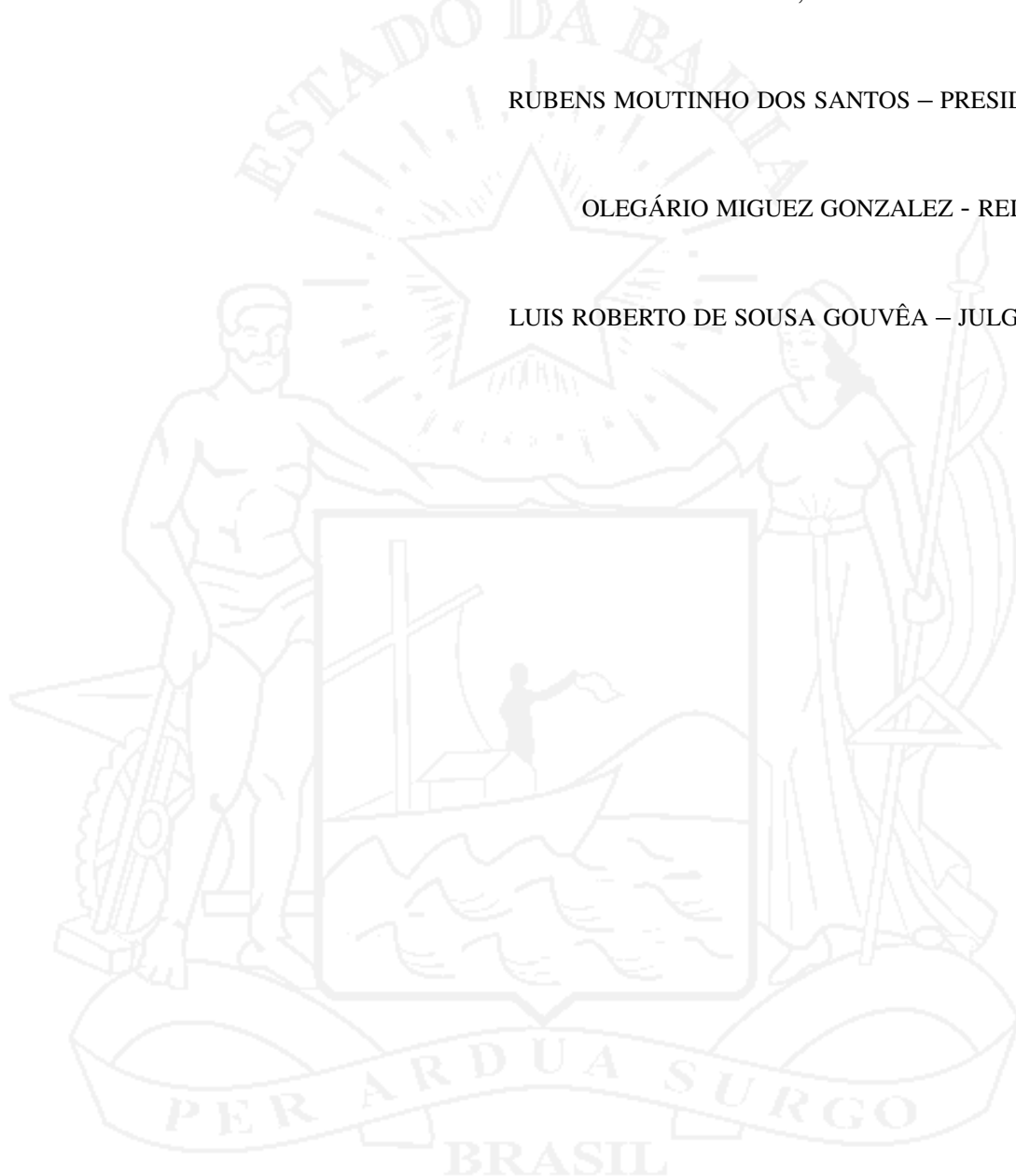
ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **110085.0021/21-0**, lavrada contra **MJ SSA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de setembro de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR



N.F. Nº - 110085.0021/21-0
NOTIFICADO - MJ SSA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA.
NOTIFICANTE - JOSÉ ARNALDO BRITO MOITINHO
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 02/10/2023

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0149-01/23NF-VD

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ATIVO FIXO OU USO/CONSUMO. Notificado comprovou que a presente exigência fiscal já havia sido adimplida com uso de outro código. Notificação fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 30/09/2021, formaliza a exigência de crédito tributário no valor de R\$ 3.165,75, pela falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento (06.05.01), ocorrido nos meses de janeiro, março, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "f" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou impugnação às fls. 29 e 30. Disse que desempenha a atividade de restaurante e é optante do Simples Nacional. Explicou que a presente exigência fiscal já foi adimplida na guia do ICMS normal, código 0754, registrado na apuração como "outros débitos".

O notificante apresentou informação fiscal à fl. 85. Disse que fez uma revisão e constatou que a empresa já havia recolhido todos os valores exigidos nesta notificação. Explicou que procurou no INC os pagamentos pelo código da diferença de alíquotas, mas não observou se estava junto com o ICMS normal. Pediu desculpas.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem a notificação fiscal, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A presente notificação fiscal consiste na exigência de ICMS relativo à diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais de bens de uso e consumo efetuadas por contribuinte do imposto.

A cobrança do diferencial de alíquotas está prevista no inciso XV do art. 4º da Lei nº 7.014/96, conforme a seguir:

" Art. 4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

XV - da entrada ou da utilização, conforme o caso, efetuada por contribuinte do imposto, de mercadoria, bem ou serviço, em decorrência de operação interestadual ou de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação, quando a mercadoria ou bem forem destinados ao seu uso, consumo ou ativo permanente ou quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequentes alcançadas pela incidência do imposto."

O notificado apresentou toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação tributária de que trata esta notificação, sendo reconhecido pelo notificante a insubsistência da presente exigência fiscal.

De fato, os recolhimentos foram registrados no código do ICMS normal e não do específico para a diferença de alíquotas. O uso do código errado, por sua vez, não implica em descumprimento da obrigação tributária quando comprovada a regularidade do pagamento.

Assim, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **110085.0021/21-0**, lavrada contra **MJ SSA PIZZARIA E RESTAURANTE LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de setembro de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

